

Metamorfoses no mundo do trabalho: Revisão de algumas linhas de análise*

*Paulo Sergio Tumolo***

O ecletismo nas práticas de [exploração do] trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos.

David Harvey

RESUMO: O objetivo do texto é expor, em linhas gerais e de acordo com vários estudiosos, os principais elementos de caracterização, bem como alguns dos mais importantes questionamentos e críticas que têm sido desfechados contra o “modelo” japonês. Em seguida, ao ressaltar os limites dessas críticas, aponta para uma análise dos diversos processos de trabalho, inclusive o japonês, como expressão aparente de realização da acumulação capitalista nesta atual fase de “acumulação flexível de capital”. Por fim, propõe um método de abordagem da temática trabalho/educação, onde se compreenda e se discuta o fenômeno educacional no bojo deste novo padrão de “acumulação flexível de capital”.

Palavras-chave: Transformações no mundo do trabalho, acumulação flexível de capital, processos de trabalho, educação e trabalho, método

* Este texto foi apresentado, com outro título e ligeiras alterações, na 19ª Reunião Anual da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) no GT Trabalho e Educação.

** Professor-assistente do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando no Programa de História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A relação entre a educação e as profundas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho tem sido, indubitavelmente, um dos temas mais discutidos atualmente. Contudo, é preciso reconhecer, de antemão, que tanto a apreensão do conteúdo dessas transformações — seus elementos determinantes em sua própria dinamicidade — quanto a compreensão da relação destas com a educação constituem uma tarefa ainda incipiente, tendo em vista seu caráter recente e sua profunda complexidade e que, por esta razão, se faz necessário dar continuidade a tal discussão.

Ao estudar as metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho, muitos autores identificam o seu “epicentro” nas modificações em curso nos processos de trabalho, expressas pela introdução das inovações tecnológicas articuladas com as novas formas de organização e gestão da produção. Tais mudanças são de tal magnitude que muitos dos autores lhes atribuem o estatuto de uma nova Revolução Industrial (a 3ª R.I. para a quase totalidade deles).

Apesar da variedade e da divergência de posições dos estudiosos da temática em questão, é possível encontrar, entre outros, pelo menos dois pontos de convergência. O primeiro é a referência que tomam como marco principal daquelas transformações: a crise de 1973, qualquer que seja o entendimento que têm dela. O segundo é a constatação do tendencial esgotamento, ou, pelo menos, o questionamento do modelo clássico taylorista/fordista de organização da produção, e a decorrente emergência de novos “modelos” (“Terceira Itália”, Suécia, Alemanha, Vale do Silício-EUA, Japão etc.). Dentre eles, o “modelo” japonês, ou ohnismo/toyotismo, é, sem dúvida, o que vem recebendo maior atenção e, conseqüentemente, é aquele que tem sido o mais discutido.

Não cabe aqui uma análise pormenorizada do “modelo” japonês. O objetivo é expor, em linhas gerais e de acordo com seus mais conhecidos estudiosos, os principais elementos de caracterização, bem como alguns dos mais importantes questionamentos e críticas que têm sido desfechados contra tal “modelo”. Em seguida, ao ressaltar os limites dessas críticas, apontar para uma análise dos diversos processos de trabalho, inclusive o japonês, como expressão aparente de realização da acumulação capitalista nesta fase de “acumulação flexível de capital”. Por fim, propor um método de abordagem da temática trabalho/educação, por meio do qual se compreenda e se discuta o fenômeno educacional no bojo deste novo padrão de “acumulação flexível de capital”.

O toyotismo como referência

Philippe Zarifian (1993) identifica pelo menos três abordagens possíveis do “modelo” japonês. A primeira, uma abordagem de tipo cultural e societal, na qual o modelo de organização industrial não é dissociável das características globais da sociedade japonesa e dos comportamentos gerais de organização dessa sociedade. Uma segunda abordagem, que, pelo contrário, estaria centralizada nas técnicas japonesas. E, por fim, uma terceira abordagem define-o como um modelo global de administração de empresas. A filosofia deste método (*just-in-time*) é a seguinte: realizar apenas o trabalho estritamente necessário (cf. Zarifian 1993, pp. 24-25).

Benjamin Coriat, um dos mais entusiastas e dedicados estudiosos do “modelo” japonês, busca apreendê-lo num de seus mais importantes textos sobre o assunto: *Pensar pelo avesso* (Coriat 1994). Anunciando de chofre seu pressuposto de “firme recusa de explicações ‘culturalistas’, tão seguidamente postas em evidência para dar conta da excepcionalidade japonesa” (*idem*, p. 11), o autor identifica nas condições sócio-históricas japonesas, a partir do final da 2ª Guerra Mundial, as bases sobre as quais emergiu e se construiu o “modelo” japonês. Por essa razão, Coriat elenca e caracteriza, numa visão cronológica, quatro fases que vão de 1947 até a data de sua pesquisa (cf. *idem*, p. 37ss) e, numa visão analítica, os três determinantes estruturais da formação do método toyota (cf. *idem*, p. 40ss). Primeiramente, “as especificidades do mercado automobilístico japonês nos anos 50: demandas curtas e diferenciadas”. Em segundo lugar, devido à crise financeira de 1949, a Toyota viu-se obrigada a obedecer ao “primado do comercial” e, por isso, “produzir exatamente as quantidades vendidas e produzi-las no tempo exatamente necessário” e, ao mesmo tempo, eliminar, o máximo possível, o desperdício e buscar a “produção a estoque zero”.

O terceiro determinante diz respeito ao mercado de trabalho e às relações industriais. Como houve reação e resistência do movimento sindical à implantação do processo de racionalização da produção, que atingia, em cheio, os interesses dos trabalhadores, a Toyota enfrentou e derrotou o movimento dos trabalhadores e, a partir daí, transformou o sindicato de indústria (combativo) num sindicato interno, ou “de empresa”, funcionando segundo regras e procedimentos ditados pela própria empresa. Ou seja, a implantação do modelo e a decorrente “introdução

do sistema *kanban*, em grande escala, só podem ser feitas após esta reorganização em profundidade do sindicalismo, e após o estabelecimento de um jogo complexo de contrapartidas regrado as relações industriais” (*idem*, p. 46).

A partir daí, o autor discorre sobre os princípios, ou os dois “pilares” do ohnismo (de Ohno, principal engenheiro elaborador do “método”). O primeiro é a “autonomação” e a auto-ativação, que provocam, de um lado, a desespecialização e a polivalência operária e, de outro, a intensificação do trabalho, que constituem as duas faces de um mesmo e único movimento; e o segundo é o *just-in-time* e o método *kanban*, que recebem um longo tratamento.

Para resumir, Coriat assim exprime o espírito do ohnismo/toyotismo:

Trata-se nada mais nada menos que pensar ao contrário¹ toda a herança legada pela indústria ocidental. Produzir não segundo o método norte-americano, que encadeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados. E ainda assim, pois aí está o verdadeiro desafio, obtém ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos! (*idem*, p. 47)

Em sua obra *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Ricardo Antunes, valendo-se de vários autores, inclusive de Coriat, assinala os traços constitutivos básicos do toyotismo:

Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série* e *de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) é garantido pelo *just-in-time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o

processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. (Antunes 1995, p. 26)

Em seguida, tratando da *flexibilização* do aparato produtivo e da organização do trabalho, bem como do processo de *horizontalização*, ou terceirização da produção, o autor demonstra a tendência à propagação do sistema, e assim resume: “Desse modo, *kanban*, *just-in-time*, *flexibilização*, *terceirização*, *subcontratação*, *CCQ*, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, ‘gerência participativa’, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente” (*idem*, p. 27).

O “modelo” japonês em questão

Apesar de o “modelo” japonês ter se transformado, provavelmente, na maior referência no período recente, o que corrobora a atitude eufórica de vários autores, pesa sobre ele uma diversidade de questionamentos que podem ser classificados, *grosso modo*, em duas ordens: aqueles referentes à sua especificidade e os de ordem geral.

Com relação aos primeiros, que dizem respeito à especificidade do “modelo”, há, entre outros, os seguintes questionamentos:

a. Quanto à eficácia da produção diversificada e em pequenos lotes, principalmente quando se trata de mercados para além do Japão.

b. Quanto aos limites da automação, que tem sido colocada em xeque pela própria Toyota. O artigo publicado na *Gazeta Mercantil* (24/5/1995), com o título “Uma fábrica Pós-Moderna”, dá notícias da última “invenção” da Toyota, a primeira fábrica pós-moderna do mundo — a linha RAV 4 — onde a automação foi drasticamente reduzida. “A Toyota está avançando novamente em direção de um sistema que, mais do que substituir os operários pelas máquinas, tenta mais claramente do que nunca restringir as máquinas, no sentido de que elas façam apenas aquilo que pode tornar a vida mais fácil para os empregados” (*idem*).

c. Quanto às relações de trabalho, Michael Ehrke (1994) mergulha na análise do tema e desvenda aquilo que pode ser considerado o “calcanhar-de-Aquiles” do “modelo” japonês — as relações de trabalho.

Na primeira parte de seu artigo o autor desnuda “a outra face” dos “benefícios” conferidos aos trabalhadores japoneses: a ocupação vitalícia, o princípio da senioridade, os sindicatos de empresa, as negociações coletivas, os salários e as condições de trabalho, e o mercado de trabalho. Na segunda parte — “Perspectivas” —, Ehrke trata da evolução do desemprego real e questiona a segurança de emprego e, portanto, as chances que tem a ocupação vitalícia de sobreviver à crise atual para, então, concluir: “Minha tese é que os *princípios* da ocupação vitalícia e da senioridade não serão abolidos, porém continuarão a ser solapados de forma dissimulada. Não se pode tornar público que a sociedade japonesa não está nem um pouco preparada para uma maior mobilidade da força de trabalho” (Ehrke 1994, p. 12).

Na mesma linha, e corroborando as posições de Ehrke, Helena Hirata e Philippe Zarifian, com o artigo “Força e Fragilidade do Modelo Japonês” (1991), procuram demonstrar como o processo seletivo, via emprego vitalício para uma pequena parcela dos assalariados, e a opressão sobre os trabalhadores, através da identificação da vida da empresa com a vida pessoal e da autonomia controlada, tornaram-se as condições de eficácia do modelo japonês. Depois de discutir as crescentes contradições do modelo — a desestabilização do emprego vitalício e a profunda mudança do mercado de trabalho, os autores concluem:

O aspecto que nos parece definitivamente mais significativo da fragilidade estrutural desse modelo é sua débil capacidade de admitir o heterogêneo e sua propensão a controlar, na verdade, a excluir os indivíduos ou os grupos sociais suspeitos de contestação, de oposição, ou mesmo de diferença.

Paradoxo: o Japão se impôs como o ponto máximo do sucesso em matéria de flexibilidade industrial, porém, sob o preço de uma rigidez nas práticas e nos comportamentos sociais dos quais começamos a perceber os primeiros estalidos. (*idem*, p. 184)

Tanto nesse artigo, como em outros de sua lavra, como por exemplo “Da polarização das qualificações ao modelo de competência” (1994), Hirata discute a questão das relações de gênero apontando o caráter profundamente segregador e opressor das mulheres desempenhado pelo “modelo” japonês.

Os questionamentos de ordem geral dirigidos ao modelo japonês são, entre outros, os seguintes: se tem um caráter universalizante, ou seja, se pode ser transferido; se se trata, de fato, de um modelo; e se é uma superação do taylorismo/fordismo.

Coriat tem uma posição claramente afirmativa a respeito dessas questões, tendo em vista que considera o ohnismo/toyotismo um modelo “contrário” ao taylorismo/fordismo. Quanto à sua transferibilidade é ainda mais incisivo. No prefácio à edição brasileira do *Pensar pelo avesso* (Coriat 1994), o autor pergunta: “O ohnismo, enquanto revolução conjunta de gestão de produção e do trabalho, tem futuro no Brasil? E este futuro é desejado?” E responde em seguida: “Sob risco de surpreender, vou responder claramente que *sim* às duas questões” (*idem*, p. 13).

Os questionamentos acima citados foram o motivo da realização do seminário franco-brasileiro intitulado “Sobre o ‘modelo’ japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho”, realizado na França em fevereiro de 1990, com a participação de estudiosos europeus e brasileiros, dando origem ao livro *Sobre o “modelo” japonês* (1993). Como se pode verificar pela leitura dos textos ali contidos, as posições dos autores são as mais diversas, controvertidas e, às vezes, antagônicas. Zarifian, por exemplo, começa interrogando: “Pode-se falar de modelo japonês? Pode-se utilizar esta expressão sem aspas? O modelo japonês de organização industrial tem um alcance universal?” (Zarifian 1993, p. 23). Considerando que existe um modelo japonês e que, portanto, deve ser enunciado sem aspas, o autor faz uma análise comparativa das respostas (divergentes) às questões dadas por S. Wood e B. Coriat e, na sua conclusão, desfere ferinos questionamentos ao modelo japonês:

Eu me arriscaria a dizer que, tal como é descrito, este modelo já me parece banal. Não somente por ter um ar de algo já visto, já conhecido, mas sobretudo porque, apesar de sua eficiência — que tentaríamos à exaustão igualar em seu próprio campo —, este modelo elude as questões centrais das pesquisas atuais sobre gestão (...). E se o modelo japonês for, em vez da representação de nosso futuro, a representação das carências de nosso passado? E se ele for o preenchimento das lacunas e dos impensados do taylorismo? Poderíamos então dizer que há ainda espaços a inventar para a pesquisa. E poderíamos, por tê-lo bem examinado e levado a sério, sem aspas, afastar-nos do modelo! (*idem*, p. 31)

O modelo japonês é colocado num “fogo cruzado” ainda mais pesado quando entra em cena S. Wood. Num de seus textos, “O modelo japonês em debate: Pós-fordismo ou japonização do fordismo” (Wood 1991), desenvolve um ensaio analítico diferenciando-se tanto das abordagens entusiastas do modelo japonês, como de algumas críticas com as quais ele discorda no todo ou em parte. Embora reconhecendo “a importância do contexto”, o autor concentra-se, “neste ensaio, na questão do processo de trabalho” (*idem*, p. 29) sugerindo “particularmente, que existe uma ‘japonização do fordismo’, pelo menos no Japão, fato que enfraquece os argumentos daqueles que levam o debate ao pós-fordismo mais extremado” (*ibidem*) e, na última parte do texto, desenvolve “a tese de que as principais características do chamado modelo japonês de gestão (o *just-in-time* etc.) seriam mais bem analisadas no âmbito do neofordismo” (*ibidem*).

Argumentando, basicamente, que as práticas e os métodos japoneses não significam, necessariamente, uma ruptura radical com os “princípios centrais” do fordismo e, dessa forma, “pode-se compreender melhor o modelo japonês de gestão como um *amalgama* entre as teorias correntes de organização” (*idem*, p. 40), Wood chama a atenção para um problema básico que é o de “como analisar o fato óbvio da diversidade no interior do capitalismo” (*idem*) e encerra seu artigo reafirmando sua tese e, ao mesmo tempo, fazendo um alerta:

A “japonização do fordismo” — em minha opinião, o neofordismo japonês — sugere que a evolução das teorias gerenciais e sua implementação devem ser uma dimensão básica. A teoria do processo de trabalho tem se tornado confusa por causa de suas raízes em um conceito absolutista, a-histórico, do taylorismo como o processo de trabalho capitalista. (*idem*, p. 41, grifado pelo autor)

Embora Wood não esteja se referindo especificamente a Braverman em seu clássico *Trabalho e capital monopolista* (Braverman 1987), parece-me que sua conclusão crítica serve para esse autor. Se é verdade que Braverman é, senão o maior, um dos maiores e mais radicais críticos do taylorismo/fordismo, é necessário reconhecer que, em sua análise, acaba considerando este modelo como o processo de trabalho no capitalismo; ou seja, processo de trabalho capitalista e taylorismo/fordismo são, no limite, idênticos.²

Por outro lado, também é preciso reconhecer que a análise desenvolvida por muitos autores³ — alguns deles citados anteriormente — acerca dos diversos “modelos” ou trajetórias, inclusive o japonês, mesmo de alguns que lhes fazem críticas pontuais, restringe-se ao processo de trabalho, ou seja, basicamente à articulação entre inovações tecnológicas e novas formas de organização da produção. Tal análise é, portanto, balizada, mesmo que inconscientemente, pela categoria de trabalho concreto, como se a sociedade em que vivemos tivesse como finalidade a produção de valores de uso.

Ora, como sabemos, o capitalismo se constitui e se reproduz através de relações mercantis, balizadas pelo valor de troca, cuja substância é o trabalho abstrato. Contudo, é preciso agregar a categoria de trabalho produtivo que, na leitura que faço de acepção marxiana, significa, no capitalismo, trabalho que produz mais-valia.⁴ Se é verdade que o capitalismo é uma sociedade produtora de mercadorias e que, por isso, o trabalho concreto está subsumido pelo trabalho abstrato, é forçoso ir além e reconhecer que este modo de produção, em que a força de trabalho é a principal mercadoria, é essencialmente uma sociedade produtora de mais-valia, e que, por esta razão, o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca), que, por sua vez, está subsumido pelo trabalho produtivo (mais-valia). É somente com este “mergulho” que conseguimos, quiçá, apreender e compreender as contradições próprias da acumulação capitalista.

Portanto, se Braverman dilui o caráter histórico do taylorismo/fordismo, aqueles autores se baseiam, também, numa compreensão a-histórica do “modelo” japonês. O primeiro porque, como vimos, identifica processo de trabalho capitalista com fordismo/taylorismo; os outros em razão de que, ao se balizarem pelo trabalho concreto, tendem a desvincular o “modelo” japonês da produção capitalista.

Tal conclusão nos conduz ao coração da análise: quaisquer que sejam os processos de trabalho (modelos ou trajetórias) — taylorismo/fordismo, ohnismo/toyotismo, neofordismo, híbridos etc. — é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista. É claro que a produção capitalista só se realiza através de determinados processos de trabalho — aqueles mais adequados ao capital, conforme a correlação de forças com a classe trabalhadora —, mas estes só são expressão de relações sociais capitalistas. Por isso, a análise deve se deslocar para o aspecto central: como compreender a conformação da

fase contemporânea de acumulação de capital, através de um de seus elementos determinantes, qual seja, os atuais processos de trabalho.

Este é o grande desafio que se nos coloca.

Os processos de trabalho no bojo da acumulação flexível de capital

Sem dúvida, um dos autores que aceitam enfrentar esse desafio, oferecendo uma das mais notáveis contribuições, é David Harvey por meio de seu livro *A condição pós-moderna* (Harvey 1993). Como o próprio título sugere, o autor busca, ousadamente, construir uma explicação para a sociedade contemporânea em seus múltiplos e inter-relacionados aspectos, qual seja, a chamada “pós-modernidade”. Rompendo as tradicionais fronteiras entre as diversas áreas do saber através de um vasto conhecimento, e comparando os elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto da pós-modernidade, Harvey aponta a dificuldade em definir o pós-modernismo, dada “sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico” (*idem*, p. 49) e dado que, por esta razão, uma de suas principais características consensuais — talvez a única — seja a crítica que faz às *metanarrativas*, ou *metateorias*.⁵ Conscientemente, o autor tece uma das mais bem fundamentadas críticas, baseada numa desenvoltura erudita e numa abundância de dados empíricos, à pós-modernidade e, portanto, à sua oposição a todas as formas de metanarrativa, valendo-se, justamente, de uma determinada metanarrativa ou, mais precisamente, do marxismo.

Tendo como ponto de partida a constatação de que “vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972” (*idem*, p. 7), Harvey anuncia, logo no início, sua tese segundo a qual é possível “aduzir bases *a priori* a favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (*idem, ibidem*).

Mas essas mudanças, continua o autor, “quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova” (*idem, ibidem*).

Por esta razão, ao buscar um substrato material para explicar as mudanças aparentes, é que Harvey mergulha na análise das transformações político-econômicas do capitalismo do final do presente século, partindo de um estudo sugestivo do fordismo e sua imbricação com o keynesianismo, o que propiciou um longo período de expansão capitalista, passando pelos elementos de crise deste paradigma de organização da produção, até chegar e concentrar seus esforços na discussão daquilo que denomina “acumulação flexível de capital”.

Ao tratar do período histórico sob a égide do fordismo-keynesianismo, o mesmo autor assevera que,

a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra — que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo — intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início. (*idem*, p. 134)

Buscando compreender as razões da crise do modelo fordista-keynesiano no bojo de um movimento contraditório, Harvey assinala, resumidamente, que

o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez (...) Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (*idem*, pp. 135-136)

Por outro lado, se no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra o regime fordista-keynesiano conseguiu, através da confluência de inúmeros fatores, resolver o problema da superacumulação, “a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (*idem*, p. 173).

Como se pode perceber, a crise de 1973 — “crise de superacumulação” (p. 293) — joga um papel determinante em todo este processo, pois ela *demarca* não só a crise do modelo fordista-keynesiano — o que não significa, em absoluto, a sua eliminação —, como também, e principalmente, a necessidade de o capital gestar e construir um novo padrão de acumulação, que Harvey denomina “acumulação flexível”.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista — os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (*idem*, p. 140)

Muito embora o referido autor tenha feito uma análise minuciosa e profunda dos aspectos componentes da “acumulação flexível”, bem como da articulação entre eles (cf. caps. 9-10-11), buscando, dessa forma, “sacar sua alma”, penso que sua maior contribuição se encontra nas

suas conclusões (cf. parte IV). No capítulo 22 ele monta uma tabela comparativa onde se pode visualizar claramente as distinções e *oposições* entre as principais características, abrangendo todas as dimensões da vida social — do econômico ao cultural —, do modernismo fordista e do pós-modernismo flexível. Não é por acaso que o título da tabela (e também do capítulo) seja “Modernidade fordista *versus* pós-modernidade flexível”. Depois de comentar os elementos de oposição contidos na tabela, indaga: “Mas e se a tabela como um todo constituísse em si uma descrição estrutural da *totalidade* das relações político-econômicas e cultural-ideológicas do capitalismo?” (*idem*, p. 305, grifado por mim). Em seguida afirma que “concebê-la assim requer que vejamos as *oposições* intra e entre perfis como *relações interiores no interior de um todo estruturado*” (*ibidem*, grifado por mim). O que Harvey está defendendo, depois de ter percorrido um longo caminho analítico, é a idéia segundo a qual, para além de diferenças, oposições e “desidentidades”, há entre aqueles dois modelos uma identidade, a saber, o seu pertencimento ao mesmo todo estruturado, o capitalismo. Com a ajuda de tal idéia

podemos dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições que exprime as contradições culturais do capitalismo. (...) Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo. (*idem*, p. 305)

Ora, podemos dizer o mesmo do “fordismo” e da “acumulação flexível”,⁶ cuja rígida distinção categórica desaparece, dando lugar a uma *análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo*.

Tais conclusões conduzem-nos a, pelo menos, dois desdobramentos. O primeiro, que corrobora uma tese já levantada anteriormente, é o de que só é possível apreender os diversos processos produtivos, quaisquer que sejam, no bojo de uma análise do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, e por causa do primeiro ponto, “traz de volta” os grandes autores que envidaram esforços no sentido de analisar e compreender o modo de produção capitalista, particularmente Marx e outros autores da tradição marxista. É preciso sublinhar que toda discussão empreendida por Harvey foi permeada por estes dois aspectos. Daí, talvez, a excelência de sua análise.

Considerações finais

Embora não tenha desenvolvido, neste breve “passeio” analítico realizado nas páginas anteriores, uma discussão acerca das questões especificamente educacionais, meu objetivo foi o de apresentar — sem qualquer pretensão de novidade — um caminho de análise não só para as profundas transformações que ora estão em curso no mundo, mas, mais do que isto, sugerir um método de abordagem da *relação* entre o fenômeno educacional — quaisquer que sejam os enfoques — e aquelas transformações. Dito de outra forma: como há uma tendência de vários estudiosos das áreas de conhecimento afins abordarem as metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho sob o prisma do processo de trabalho, vale dizer, balizados pela categoria de trabalho concreto, conforme já assinalado anteriormente, esta mesma tendência tem se reproduzido, em grande medida, entre os autores que vêm discutindo a relação trabalho e educação no seio deste recente período histórico. Ao buscar fazer a crítica deste tipo de abordagem, tive como intenção apresentar um enfoque metodológico distinto para aqueles que têm como objeto de investigação a temática trabalho/educação, qual seja, o de pensar o fenômeno educacional no bojo do novo padrão de acumulação de capital que vem se gestando e se consolidando — a “acumulação flexível” —, que se expressa através dos mais variados modelos de produção ou processos de trabalho. Como já foi observado no decorrer da análise, não se trata de ignorar os processos de trabalho e, portanto, a categoria de trabalho concreto, e sim de analisá-los como ponto de partida, como expressão aparente da realização da acumulação capitalista nesta atual fase de “acumulação flexível de capital”, num processo analítico que vai do “concreto aparente” ao plano do “concreto pensado” onde se pode desvendar as múltiplas contradições e determinações.

Isto não significa, entretanto, que a análise desenvolvida por aqueles autores esteja equivocada e, por isso, não tenha trazido qualquer contribuição explicativa. Pelo contrário. O que procurei apontar foi que suas análises, do ponto de vista metodológico, vão até o “meio do caminho” e, do ponto de vista histórico, oferecem uma explicação parcial e precária acerca da realidade presente.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o método proposto não dá conta de produzir, magicamente, uma explicação totalmente satis-

fatória a respeito desta realidade tão complexa — nenhuma teoria pode reivindicar tal atributo — e que, ao contrário do que se possa pensar, tal método torna o trabalho investigativo mais penoso, pois o caminho que vai do “concreto aparente” até o mergulho ao “concreto pensado” é deveras árduo e espinhoso. Mas parece que este é o grande desafio que temos de enfrentar. Ao comentar as dificuldades advindas da utilização de seu método, Marx (1983, p. 23) alertava: “Essa é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, exceto prevenir e acautelar os leitores sequiosos da verdade. Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cumos luminosos.”

Notas

1. Daí o título do livro *Pensar pelo avesso*. Contudo, creio que a tradução não foi muito feliz, pois o “avesso”, em português, não expressa, de forma precisa, a concepção do autor.
2. Contudo, vale a pena sublinhar que, se Wood tem razão em afirmar que o modelo japonês é um neofordismo que não operou uma ruptura radical com os “princípios centrais” do fordismo, então a crítica realizada por Braverman, pelo menos naquilo que é fundamental, poderia ser ainda considerada como válida.
3. Confira, por exemplo, Coriat (1988, 1993 e 1994); Fleury (1993); Humphrey (1993 a); Fleury e Humphrey (1993); Leite (1993 e 1994); Carvalho (1993 e 1994); Hirata (1993); Schmitz (1988).
4. Esta é, sem dúvida, uma das questões mais polêmicas, inclusive no interior do próprio marxismo. Marx discute tal questão em várias passagens espalhadas por *O capital* e notadamente em *Teorias da mais-valia* (escritas para serem o Livro IV de *O capital*) e no capítulo VI inédito de *O capital*. Outros autores também a discutem. *Vide*, entre outros, Braverman (1987) e Rubin (1987).
5. Esta compreensão é partilhada e desenvolvida por S. Connor, autor declaradamente pós-moderno. *Vide*, por exemplo, Connor (1993 e 1994).
6. Curiosamente, Harvey não trata do “modelo” japonês. Creio que seja compreensível, pois dentro do seu arcabouço analítico, a categoria “acumulação flexível” é mais abrangente, sendo aquele uma de suas manifestações e, portanto, incluso nesta.

Transformations in the world of work: A review of some lines of analysis

ABSTRACT: The objective of this text is to present an overview (according to many researchers) of the main characterization elements, as well as some of the most important issues and criticisms that have been raised against the Japanese “model”. Following this, in highlighting the limits of these criticisms, it leads us to an analysis of the various labour processes, including the Japanese process, as an apparent expression of the achievement of the capitalistic accumulation in the present phase of the “flexible capital accumulation”. Finally, it proposes an approach to the issue of labour/education, in which one must understand and discuss the educational phenomenon based on the new pattern of “flexible capital accumulation”.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX* 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. “Programmable automation and employment practices in brazilian industry”. Tese de doutorado, University of Sussex, 1993, datilo.
- _____. “Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação”. In: Ferretti, Celso J. *et alii*. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CONNOR, Steven. *Cultura pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- _____. *Teoria e valor cultural*. São Paulo, Loyola, 1994.
- CORIAT, Benjamin. “Automação programável: Novas formas e conceitos de organização da produção”. In: Schmitz, Hubert e Carvalho, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho: A experiência internacional*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____. “Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: Um ponto

de vista de conjunto". In: Hirata, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

_____. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

EHRKE, Michael. "Relações de trabalho no Japão". São Paulo, Idelfes, nº 5, 1994.

FLEURY, Afonso. "Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: Comparações entre o modelo japonês e o brasileiro". In: Hirata, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

FLEURY, Afonso e HUMPHREY, John (orgs.). "Recursos humanos e a difusão e adaptação de novos métodos para a qualidade no Brasil". Brasília, Ipea, nº 326, 1993.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HIRATA, Helena & ZARIFIAN, Philippe. "Força e fragilidade do modelo japonês". *Estudos Avançados* nº 12(5). 1991, pp. 173-185.

HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

HIRATA, Helena. "Da polarização das qualificações ao modelo da competência". In: Ferretti, Celso J. *et alii*. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994.

HUMPHREY, John. "Adaptando o 'modelo japonês' ao Brasil". In: Hirata, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993a.

_____. "New issues in the sociology of work". 1st Latin American Congress on the Sociology Of Work. México, Unam, 1993b, datilo.

LEITE, Marcia de Paula. "Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos: Uma tendência à democratização das relações de trabalho?" *Educação & Sociedade* nº 45, 1993, pp. 190-210.

_____. "Modernização tecnológica e relações de trabalho". In: Ferretti, Celso J. *et alii*. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, vol. I.

_____. *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo, Moraes, s./d.

- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Polis, 1987.
- SCHMITZ, Hubert. "Automação microeletrônica e trabalho: A experiência internacional". *In*: Schmitz, Hubert e Carvalho, Ruy de Q. *Automação, competitividade e trabalho: A experiência internacional*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- WOOD, Stephen. "O modelo japonês em debate: Pós-fordismo ou japonização do fordismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 17. 1991, pp. 28-43.
- ZARIFIAN, Philippe. "Introdução". *In*: Hirata, Helena (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.